

# O ASSISTENTE SOCIAL FRENTE AOS DESAFIOS DA INTERDISCIPLINARIDADE E INTERSETORIALIDADE NO DESENVOLVIMENTO DE SUAS ATIVIDADES PROFISSIONAIS

RAMOS *et al.*<sup>1</sup>, Leila Maria  
Faculdade Santa Lúcia  
leilamariaramos@hotmail.com

## RESUMO

*Este artigo científico é resultado de uma proposta pedagógica desenvolvida pela professora de Fundamentos Teóricos Metodológicos com os alunos do 5º semestre do curso de Serviço Social, em 2016, por meio da metodologia da Pesquisa de Natureza Bibliográfica e Documental. O objetivo consistiu em proporcionar aos discentes um processo reflexivo sobre a dimensão profissional e sobre a necessidade da interdisciplinaridade e da intersetorialidade em seu cotidiano profissional como condição para que a Política Pública possa se materializar no cenário social, considerando a complexidade das expressões da questão social e, nela, as complexas relações sociais que se estabelecem nas diferentes instituições, sejam elas públicas ou privadas. O exercício reflexivo sobre a interdisciplinaridade e intersetorialidade proporcionou aos alunos momentos de crítica aos saberes e fazeres da prática do profissional de Serviço Social, além de demonstrar que a qualidade necessária para atuar na dimensão da profissão depende também das elaborações que permitem ao indivíduo ir se construindo como profissional, a partir da vida acadêmica.*

---

<sup>1</sup> Alunos do 5º semestre do curso de graduação em Serviço Social (1º sem. 2016): Ana Claudia F. Araujo, Dinelma G.B. de Oliveira, Marcia Maria C. Chinini, Maria Beatriz dos Reis, Maria do Socorro B. Costa, Mariana M.B.S. Pinto, Marisa G. Torres, Matheus Henrique Setin, Odair V.P. Esteves, Paola B.Z. Pavanello, Tamires Stefani Adorno, Tatiane Cristina dos Santos Silva. E-mail da sala: servicosocial014@hotmail.com

***PALAVRAS-CHAVE:*** *Interdisciplinaridade; Intersetorialidade; Fazer profissional.*

## **INTRODUÇÃO**

Com o objetivo de promover uma profunda reflexão sobre as dimensões, importância e dificuldades inerentes à profissão de Assistente Social, frente à atual complexidade das estruturas, questões e políticas sociais vigentes no país, foi proposto a um grupo de alunos do 5º semestre do curso de Serviço Social o desenvolvimento de uma pesquisa bibliográfica e documental. Esta pesquisa resultou na elaboração de um texto coletivo sobre a presença da interdisciplinaridade e da intersetorialidade em seu futuro fazer profissional.

A proposta permitiu aos discentes analisar, discutir e debater os diversos conceitos que permeiam o tema central e seus desdobramentos, com foco na interdisciplinaridade e intersetorialidade de interesse para o Serviço Social.

## **2. METODOLOGIA APLICADA E CONTEXTO DA PESQUISA**

Para a construção de um texto coletivo sobre a presença da interdisciplinaridade e da intersetorialidade no fazer profissional do Assistente Social foi utilizada a metodologia da Pesquisa de Natureza Bibliográfica e Documental, cuja importância consiste em reunir e sumarizar as produções literárias publicadas, seja em meio eletrônico e/ou editorial, sobre um assunto, problema, fenômeno ou área de interesse, de modo a fornecer uma breve revisão dos saberes, dos conhecimentos, dos resultados de estudos experimentais e contribuições científicas precedentes (GIL, 2002).

Essa modalidade de pesquisa visa, igualmente, estabelecer métodos de análise de documentos, a fim de consolidar os referenciais teóricos básicos para a análise do tema escolhido (GIL, 2002). Segundo Togatlian (2014, p. 1), “[...] Serve como procedimento básico para o estudo monográfico, pelos quais se busca o domínio do ‘estado da arte’ sobre determinado tema”.

Nesse contexto, foi proposto ao grupo de alunos do 5º semestre do curso de Serviço Social a construção de um texto coletivo sobre a existência da interdisciplinaridade e da intersetorialidade no fazer profissional do Assistente Social. Para tanto, a docente trouxe à discussão os conceitos sobre o tema central e seus desdobramentos, bem como lançou ao grupo discente

o desafio de se debruçarem em uma pesquisa de natureza bibliográfica e documental sobre interdisciplinaridade e intersetorialidade de interesse para o Serviço Social.

Estabelecida a metodologia de pesquisa, foram formados grupos compostos por três alunos para construir seu primeiro texto. Em seguida, formaram-se grupos de seis e, por fim, de doze alunos que compõem a sala, de modo que pudessem construir um artigo científico sobre o assunto.

Todo esse contexto ocorreu durante o período de um mês, que foi dividido entre aula teórica, pesquisa bibliográfica e quatro aulas especialmente dedicadas à construção do texto. Portanto, longe de esgotar assunto de tamanha relevância, registra-se aqui o rico exercício do ensino e pesquisa como binômio inseparável, capaz de levar todos os envolvidos à construção acadêmica e, sobretudo, a aproximar-se de reflexões que denunciem a necessidade do saber-fazer de maneira a concretizar o sonhado protagonismo daqueles que necessitam dos serviços do profissional de Serviço Social.

O texto final é apresentado a seguir.

### **3. O ASSISTENTE SOCIAL FRENTE AOS DESAFIOS DA INTERDISCIPLINARIDADE E INTERSETORIALIDADE NO DESENVOLVIMENTO DE SUAS ATIVIDADES PROFISSIONAIS**

O Serviço Social no Brasil foi reconhecido através da Lei nº 1889 de 1953, posteriormente a profissão foi regulamentada em 27 de agosto de 1957 com a Lei nº 3252. À frente, a Lei nº 8662/93 trouxe nova regulamentação à profissão, bem como tem intensificado sua intervenção no campo das políticas públicas, em vista das diferentes expressões da questão social que emerge no cotidiano vinculado, sobretudo, com a desigualdade social oriunda da degradação do trabalho presente na realidade perversa da relação capital e trabalho (BRASIL, 2012).

Tais condições geram impactos significativos na vida familiar, ocasionando exclusão, violação de direitos, desemprego, entre outros problemas, o que passa a exigir a implantação de políticas que atendam a estas necessidades.

Ao reconhecer a questão social como objeto do Serviço Social, o Assistente Social, no âmbito da aplicação das políticas sociais, necessita que sua intervenção seja permeada por uma instrumentalidade que perpassa a escuta qualificada, a qual somente pode ser realizada por meio de uma postura dialógica, quando o profissional procura, através da mediação, entender o ser humano e suas necessidades, de forma que possa alcançar a autonomia

e o protagonismo e, assim, lutar por políticas públicas que articuladas entre si possam assegurar os direitos sociais (BRASIL, 2009; BRASIL, 2012).

A escuta qualificada funciona como uma ferramenta de gestão social, que se aprende a partir do trabalho e por ela estabelece interação humanizada e solidária com o usuário, família e comunidade com atuação em problemas de relevância social, o que exige um saber-fazer para realizar o acolhimento necessário, definido por Santos (2006) da seguinte forma:

[...] um processo de intervenção profissional que incorpora as relações humanas. Não se limita ao ato de receber alguém, mas a uma sequência de atos dentro de um processo de trabalho. Envolve a escuta social qualificada, com a valorização da demanda que procura o serviço oferecido, a identificação da situação problema, no âmbito individual, mas também coletivo. (SANTOS, 2006, p. 58).

Desse modo, conforme apregoa Iamamoto (2003, p. 20), um dos maiores desafios que o Assistente Social enfrenta no presente é “[...] captar as novas mediações e requalificar seu fazer profissional” e, para tanto, o profissional deve apropriar-se de duas ferramentas essenciais: a interdisciplinaridade e a intersetorialidade, que são analisadas por Raichelis (2009).

O trabalho interdisciplinar demanda a capacidade de expor com clareza os ângulos particulares de análise e propósitos de ações diante dos objetos comuns às diferentes profissões, cada uma delas buscando colaborar a partir dos conhecimentos e saberes desenvolvidos e acumulados pelas suas áreas. (RAICHELIS, 2009, p. 41)

Na interdisciplinaridade os profissionais de diferentes saberes e diferentes políticas, tais como Assistência Social, Saúde, Habitação, Educação, Segurança, Esporte e Lazer, entre outros, reúnem-se para juntos discutirem de que maneira serão capazes de contribuir para com o protagonismo do indivíduo, da família ou da comunidade – trabalho que exige analisar, contextualizar, dialogar e compartilhar conhecimentos.

O pensamento até aqui apresentado leva-nos a compreender que a intervenção do profissional de Serviço Social alcançará seu objetivo, desde que cada profissional envolvido assuma o caráter interdisciplinar de forma a respeitar toda a contextualidade refletida pelos demais profissionais, certos de que cada reflexão ou análise é fundamental para realizar as necessárias e sucessivas aproximações com a realidade que envolve a expressão da questão social que está sendo analisada.

De outro lado, a ausência de uma posição dialógica, de respeito à diversidade e, principalmente, de humildade acadêmica, refletirá no insucesso do processo interdisciplinar e na incompletude da ação, já que redundará em visões fragmentadas nas quais se produz o esfacelamento da intervenção e a cegueira do conhecimento, o que nos remete a uma fábula apresentada pelo escritor Eduardo Galeano no seu livro intitulado “Nós dizemos Não”, publicado em 2009, em que explica nitidamente a questão da fragmentação do pensamento (grifos nossos).

Assim estamos: cegos de nós, cegos do mundo. Desde que nascemos, somos treinados para não ver mais que pedacinhos. A cultura, a cultura do desvínculo, quebra a história passada, como quebra a realidade presente; proíbe que o quebra-cabeças seja armado (GALEANO, 1990, s/p).

As ideias enunciadas ganham contextura, à medida que percebemos que a presença da interdisciplinaridade se traduz em condição para uma interpretação da existência humana na sua inteireza, pois, conforme a Fundação Oncocentro de São Paulo (FOSP, 1997):

[...] a interdisciplinaridade representa uma tentativa de interpretação global da existência humana. Apresenta-se com remédio para a fragmentação das disciplinas deixadas pelas especialidades, porém com uma atitude que impede o estabelecimento da supremacia de certa ciência em detrimento de outra. No dia a dia ela se manifesta na integração e reciprocidade dos conhecimentos das diversas áreas [...]. (FOSP, 1997, p. 23)

Outrossim, quando se trata da intersetorialidade, o Assistente Social deve buscar nas diferentes políticas o direito a ter direito, de modo que obtenha a inclusão aos serviços voltados aos diferentes segmentos sociais, ou seja, idoso, criança e adolescente, pessoa com deficiência, dentre outros, por meio do conjunto de políticas setoriais que os envolvem e que juntos possam garantir os direitos sociais. Assim, de acordo com Burlandy (2004):

[...] a intersetorialidade compõe os diferentes setores que constroem, de forma conjunta e pactuada, um projeto integrado destinado a alcançar objetivos mais amplos. Esse planejamento inclui a identificação de determinantes, envolvimento dos sujeitos implicados no processo e a formulação de intervenções estratégicas que transcendam as ações setoriais e impactuem diferentes dimensões do problema em um processo técnico e político. (BURLANDY, 2004, p.11)

Novamente, trata-se de uma ação que exige um comportamento não desenvolvido na maioria das formações e presente no déficit do contexto da criação de políticas públicas, as quais nem sempre são capazes de considerar a realidade social, de um lado, e por outro, inúmeras vezes, vem a termo pelos conflitos sociais expressos em movimentos reivindicatórios. Além disso, a ausência de diálogo entre as políticas e a dificuldade na postura interdisciplinar podem fragmentar o usuário e, muitas vezes, sobrepor ações que resultam mais no clientelismo que no protagonismo do sujeito (BURLANDY, 2004; RAICHELIS, 2009).

Assim, surge a construção de alianças para materialização dos projetos sociais coletivos, envolvendo as organizações sociais de natureza pública e privada, em vista do enfrentamento das diferentes expressões sociais e ao rompimento com o ideário da tutela e das práticas compensatórias. Neste aspecto, é preciso considerar ainda que as construções das políticas sociais só conquistaram avanços depois da Constituição Federal de 1988, quando a Seguridade Social fica garantida e nela a Assistência Social emerge como política pública e, portanto, dever do estado e direito de quem dela necessitar (BRASIL, 1988).

Todo esse contexto denuncia a emergência de uma postura pautada na matriz crítica, capaz de analisar, por meio da mediação, a realidade contextualizada que envolve o conjunto das demandas que se apresentam para a política social (MARTINELLI, 1993).

A mediação pode ser entendida como categorias instrumentais expressadas pelos recursos, técnicas e estratégias usados pelo profissional em sua intervenção, para compreender a realidade existente e poder transformá-la, pois “[...] sua construção se consolida tanto por operações intelectuais, como valorativas apoiadas no conhecimento crítico do real, possibilidade fundamentalmente dada pela intervenção da consciência” (MARTINELLI, 1993, p. 137).

Para atender aos ideários da profissão é imperioso considerar a necessidade de uma ação política capaz de agir na interdisciplinaridade e intersetorialidade – um desafio a ser enfrentado, visto que:

[...] o trabalho interdisciplinar e intersetorial se tornam fundamental e estratégico bem como a ampliação do arco de alianças em torno de pautas e projetos comuns, tanto no âmbito governamental como na relação com diferentes sujeitos e organizações da sociedade civil, em especial com os usuários dos serviços públicos e suas organizações coletivas (RAICHELIS, 2009, p. 238).

É importante destacar que a fragmentação do saber presente por décadas em todos os espaços educacionais formou profissionais cada vez mais especializados, entretanto, com competências isoladas e incapazes de atender às exigências e complexidades dos problemas presentes na realidade contemporânea (RODRIGUES, 1998).

Essa situação fez com que, desde a década de 1960, segundo Rodrigues (1998), surgissem nas pesquisas acadêmicas reflexões sobre a interdisciplinaridade e sua emergência na formação e na intervenção profissional, adquirindo assim, ampla repercussão até os dias atuais, nos mais variados campos do conhecimento, inclusive, no Serviço Social, que conseguiu compreender que:

[...] a interdisciplinaridade, favorecendo o alargamento e a flexibilização no âmbito do conhecimento, pode significar uma instigante disposição para os horizontes do saber. [...] Penso a interdisciplinaridade, inicialmente, como postura profissional que permite se pôr a transitar o “espaço da diferença” com sentido de busca, de desenvolvimento da pluralidade de ângulos que um determinado objeto investigado é capaz de proporcionar, que uma determinada realidade é capaz de gerar, que diferentes formas de abordar o real podem trazer. (RODRIGUES, 1998, p. 156)

Desse modo, é possível afirmar que para efetivar a chamada interdisciplinaridade é fundamental compreender que o Assistente Social não se encontra isolado de outras profissões e, para atender a complexidade humana em busca de sua completude, carece da exigência de desenhar fluxos intersetoriais e de formar redes interdisciplinares, o que só é possível quando emergir a consciência de que é preciso saber interagir, conforme Rodrigues (2000), que argumenta, neste sentido:

Entendendo-se a interdisciplinaridade como “postura profissional” e “princípio constituinte da diferença e da criação” compreender-se-á que o Serviço Social – uma vez que articula diferentes conhecimentos de modo próprio, em um movimento crítico entre prática-teoria e teoria-prática – é uma profissão interdisciplinar por excelência. Assim, para o Serviço Social, a interação com outras áreas é particularmente primordial: seria fatal manter-se isolado ou fazer-se cativo. (RODRIGUES, 2000, p.157)

De outro lado, reconhecer a interdisciplinaridade como postura é também, reconhecer os limites do Serviço Social na atuação profissional,

já que a política social como direito de cidadania ainda não atende a todas as complexas demandas apresentadas pela população (RODRIGUES, 2000; BURLANDY, 2004; RAICHELIS, 2009).

Assim, trabalhar para e com a proteção social exige dos profissionais, muitas vezes, ações e serviços capazes de superar os limites da categoria, em vista a percorrer caminhos que possam nos levar para a construção da sociedade justa e igualitária que desejamos como categoria profissional, uma sociedade incapaz de aprisionar qualquer direito, porque luta pela emancipação humana, em que homens e mulheres convivam sem nenhuma força de opressão, exploração e exclusão, e que carecem das várias áreas de conhecimento para ser entendida em sua inteireza (RODRIGUES, 2000; BURLANDY, 2004; RAICHELIS, 2009).

Em vista dessa questão, não é à toa que o Código de Ética do Assistente Social apresenta como um dos seus princípios fundamentais o compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional, e ainda reserva em seu Capítulo III, quando se refere às relações com outras profissões e profissionais, explícita no Art. 10, alínea d, que são deveres do Assistente Social incentivar, sempre que possível, a prática profissional interdisciplinar (BRASIL, 2012).

O contexto exposto salienta a importância de compreender as demandas impostas para o Serviço Social, pois elas exigem mais que uma ação simples, já que necessitam que sua intervenção, seja permeada por uma instrumentalidade que perpassa a escuta comprometida com a afirmação da democracia, da justiça social e de proposições que levem todos a lutar por políticas públicas que assegurem os direitos sociais conforme as demandas (RODRIGUES, 2000; BURLANDY, 2004; RAICHELIS, 2009).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Frente ao exposto neste artigo é possível verificar que o objetivo pedagógico foi atingido, à medida que os discentes tiveram a oportunidade de vivenciar a experiência da escuta, do diálogo, da troca de saberes e, sobretudo, do tempo interno que cada aluno trazia na sua singularidade, além, é claro, da maneira peculiar com que expressava suas ideias e defendia seu ponto de vista.

O exercício proposto possibilitou-nos, no papel de docente, distinguir a importância de propiciar em sala de aula conteúdos que instiguem os alunos a enfrentarem os desafios da escrita, porque perceberam na experiência a necessidade de aumentar o repertório, de melhorar a escrita e ainda de saber

ouvir, o que os levou a refletir também sobre o quanto a escuta qualificada exige do profissional – um desdobramento que pode ser trabalhado em sala, mais à frente, em meio a outros conteúdos.

Todas essas considerações nos levaram a compreender aquilo que Morin (2000) define como cegueira do conhecimento:

O poder imperativo e proibitivo conjunto dos paradigmas, das crenças oficiais, das doutrinas reinantes e das verdades estabelecidas determina os estereótipos cognitivos, as idéias recebidas sem exame, as crenças estúpidas não-contestadas, os absurdos triunfantes, a rejeição de evidências em nome da evidência, e faz reinar em toda parte os conformismos cognitivos e intelectuais. (MORIN, 2000, p. 27)

Em contrapartida, a proposta aqui desenhada proporcionou-nos a riqueza do desafio aceito e o triunfo de descobrir que tão pouco sabemos em relação à apropriação de conhecimentos e que muito há que se buscar, até mesmo para conquistar uma postura interdisciplinar, a qual exige de cada um de nós a prática individual e a prática coletiva que só a humildade acadêmica é capaz de conquistar, bem como que muito exercício há de ser realizado, pois de acordo com Japiassu (1976):

[...] a interdisciplinaridade configura-se como uma prática individual e uma prática coletiva. [...] a prática individual é fundamentalmente uma prática de espírito, feita de curiosidade de abertura, de sentido descoberta, ou seja, tal prática leva para uma ação interdisciplinar. [...] na prática individual a interdisciplinaridade não pode ser aprendida, apenas exercida. Ela é o fruto de um treinamento contínuo de um afinamento sistemático das estruturas mentais. (JAPIASSU, 1976, p. 75; 77)

Pensar na necessária prática interdisciplinar nos remete à análise do fazer cotidiano da prática docente do Assistente Social, espaço em que temos assistido, muitas vezes, as diferentes disciplinas curriculares do curso dialogar entre si, na formação do profissional de Serviço Social. Este fato pode ser observado no discurso discente, quando revela que tal categoria fora explorada com outro olhar docente e que o aluno, ao realizar a síntese, consegue perceber a convergência para sua formação. Daí o cuidado profissional para com a interdisciplinaridade, exigindo que cada especialista ultrapasse seus limites, para que ocorra a contribuição pedagógica entre as disciplinas, pois:

A interdisciplinaridade não se ensina, nem se aprende, simplesmente vive-se, exerce-se, e por isto exige uma nova pedagogia, a da comunicação. Onde o objetivo utópico do trabalho interdisciplinar é a unidade do saber, unidade problemática, mas que parece construir a meta ideal de todo saber, que pretende corresponder às exigências do progresso humano, desta forma a interdisciplinaridade deve ser uma lógica de descoberta, uma abertura recíproca, uma comunicação entre os domínios do saber. (FAZENDA, 2002, p. 20)

Assim, a experiência aqui relatada pode ser extrapolada em seu conteúdo rompendo com a ideia de completude e, tão importante quanto, despertando para a busca da intersetorialidade, onde os saberes e o fazer se completam no anseio de encontrar os caminhos possíveis para enfrentar a lógica perversa que se encontra presente em nossa realidade, na qual muitos se conservam embaraçados nos nós e nas cegueiras do conhecimento.

O pensamento acima encontra consonância na publicação do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), Orientações Técnicas: Centro de Referência de Assistência Social (CRAS):

A intersetorialidade se refere à articulação entre setores e saberes, para responder, de forma integrada, a um objetivo comum. É uma nova maneira de trabalhar, de governar e de construir políticas públicas, que possibilita a superação da fragmentação dos conhecimentos e das estruturas sociais, para produzir efeitos mais significativos na vida da população, respondendo com efetividade a problemas sociais complexos. (BRASIL, 2009, p. 26)

Portanto, tratar da interdisciplinaridade e da intersetorialidade serviu-nos para invadir o mundo das incertezas e descobrirmos juntos, discentes e docente, no desejo de aprender e apreender, o quanto nossas certezas nos distanciam do saber e nos oprime nas falsas verdades. Além disso, o exercício nos proporcionou momentos de crítica aos saberes e fazeres da prática do profissional de Serviço Social e conseguiu demonstrar que a qualidade necessária para atuar na dimensão da profissão depende também das elaborações que permitem ir se construindo profissional, a partir da vida acadêmica.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Código de ética do/a assistente social**. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. 10ª ed. rev. e atual. (Atualizado em 13.3.1993, com alterações introduzidas pelas

Resoluções CFESS nº 290/94, 293/94, 333/96 e 594/11). Brasília: Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), 2012.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 1988.

BRASIL. **Orientações Técnicas**: Centro de Referência de Assistência Social – CRAS/ Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2009.

BURLANDY, L.. **Segurança alimentar e nutricional**: intersectorialidade e as ações de nutrição. 2004. Disponível em: <<http://www.unimep.br/phpg/editora/revistaspdf/saude13art01.pdf>>. Acesso em janeiro de 2012.

FAZENDA, I.C.A. (Org.). **Dicionário em construção**: interdisciplinaridade. São Paulo: Cortez, 2002.

FOSP. Fundação Oncocentro de São Paulo. **Serviço social em oncologia**. Comitê de Serviço Social em Oncologia. São Paulo, 1997.

GALEANO, E.. **Nós dizemos não**. Rio de Janeiro: Revan, 1990.

GIL, A. C.. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.

IAMAMOTO, M. V.. **O serviço social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2000.

JAPIASSU, H.. **Interdisciplinaridade e patologia do saber**. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

MARTINELLI, M. L.. Notas sobre mediações: alguns elementos para sistematização da reflexão sobre o tema. **Serviço Social e Sociedade**. nº 43, p. 136-141, ano 14, 1993.

MORIN, E.. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. Tradução de Catarina Eleonora F. da Silva e Jeanne Sawaya; Revisão técnica de Edgard de Assis Carvalho. 2ª ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2000.

RAICHELIS, R.. O trabalho do assistente social na esfera estatal. In: CEFESS – Conselho Federal de Serviço Social. **Serviço Social**: direitos e competências. Brasília: CFESS/ ABEPSS, 2009.

RODRIGUES, M. L.. Caminhos da transdisciplinaridade: fugindo às injunções lineares. **Serviço Social e Sociedade**, nº 64, p. 124-134, ano XXI, nov. 2000.

\_\_\_\_\_. O Serviço Social e a perspectiva interdisciplinar. In: Martinelli, M. L. *et al* (Org.). **O uno e o múltiplo nas relações entre as áreas do saber**. São Paulo: Cortez/ Educ, 1998.

SANTOS, E. T.. **O acolhimento como um processo de intervenção do Serviço Social junto a mulheres em situação de violência**. Trabalho de Conclusão de Curso. Departamento de

Serviço Social. Universidade Federal de Santa Catarina. 2006.

TOGATLIAN, M. A.. **Tipos de pesquisa** – conceitos e definições. Disponível em: <<http://togatlian.pro.br/docs/pos/unesa/tipos.pdf>>. Acesso em agosto de 2014.